



Concurso Público para provimento de cargos de
Agente Fiscal de Rendas - Nível Básico - SQC - III
Gestão Tributária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO3

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 3

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Tributário II**

1. A respeito da competência tributária, considere:

- I. A competência tributária é o poder, conferido a determinado ente político, por lei complementar específica, para aumentar tributos.
- II. A competência tributária é indelegável. Porém, as funções de arrecadar ou fiscalizar os tributos ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária podem ser delegadas por uma pessoa jurídica de Direito Público a outra.
- III. A competência tributária, que compreende a competência legislativa e a capacidade tributária, é delegável.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

2. Em 2005, Arquimedes comprou em determinada concessionária um veículo automotor por meio de contrato de arrendamento mercantil, financiando-o em 60 meses. Registre-se que durante a vigência desse contrato, a instituição financeira arrendante continua sendo proprietária do veículo e o comprador, Arquimedes, chamado arrendatário, é o seu possuidor indireto. Arquimedes não pagou o IPVA referente aos anos de 2006, 2007 e 2008. Para a cobrança do tributo devido, o Fisco

- I. não poderá exigir o imposto do arrendatário, posto que o IPVA incide sobre a propriedade do veículo.
- II. somente poderá exigir o imposto da Instituição Financeira arrendante, posto que ela é a proprietária do veículo, contribuinte do imposto.
- III. poderá exigir o imposto tanto do arrendante quanto do arrendatário, uma vez que existe responsabilidade solidária para o pagamento do IPVA nos termos da legislação.
- IV. poderá exigir o imposto da concessionária em que o veículo foi adquirido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) I e IV.

3. Sobre as prescrições constitucionais insertas na seção 'Das limitações do poder de tributar', é correto afirmar:

- (A) O princípio da anterioridade não admite qualquer tipo de exceção, uma vez que se trata de garantia dos contribuintes.
- (B) As operações interestaduais devem ser imunes a qualquer tributação em obediência ao princípio da vedação de se estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio.
- (C) Em razão da vedação da utilização do tributo com o efeito de confisco, a União não pode instituir o Imposto sobre grandes fortunas.
- (D) As imunidades ali previstas aplicam-se somente aos impostos.
- (E) É defeso cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os houver instituído ou aumentado, devendo essa lei ser publicada sempre com um prazo de 90 dias antes do término do exercício financeiro anterior àquele em que o tributo será cobrado ou aumentado.

4. Os Empréstimos Compulsórios

- (A) poderão ser instituídos para atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, não sendo necessária, nesses casos, a observância ao princípio da anterioridade.
- (B) poderão ser instituídos no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, não sendo necessária, nesse caso, a observância ao princípio da anterioridade.
- (C) são de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observando-se a competência material de cada um desses entes políticos.
- (D) têm sua cobrança suprimida, gradativamente, quando cessadas as causas de sua criação.
- (E) têm, em decorrência das razões de urgência e de relevância para sua instituição, a aplicação dos recursos provenientes do Empréstimo Compulsório desvinculada da despesa que fundamentou sua instituição.



5. A respeito das regras definidoras sobre o fato gerador, segundo o Código Tributário Nacional, é correto afirmar:
- (A) A autoridade administrativa não poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária enquanto não houver decisão judicial transitada em julgado.
 - (B) Tratando-se de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador, e existentes os seus efeitos desde o momento em que se confirmem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - (C) O Código Tributário Nacional estabelece as regras que definem o momento que se deve considerar ocorrido o fato gerador do tributo, não podendo o legislador ordinário, em qualquer circunstância, dispor de modo diferente.
 - (D) O Código Tributário Nacional não estabelece quaisquer regras que definam o momento que deve considerar ocorrido o fato gerador, deixando para o legislador ordinário a definição de tais regras.
 - (E) Tratando-se de situação de fato, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos desde o momento que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
-
6. A respeito das contribuições sobre o domínio econômico, é correto afirmar que
- (A) a sua hipótese de incidência é vinculada à atuação estatal, devendo atingir o particular de modo específico e divisível.
 - (B) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
 - (C) incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
 - (D) deve ser instituída por lei complementar, em razão de sua natureza excepcional.
 - (E) a lei que a institui deverá indicar prazos e condições em que os valores serão restituídos.
-
7. Sobre as espécies tributárias, é correto afirmar:
- (A) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas a contribuições sociais para a Seguridade Social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.
 - (B) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União, os Estados e os Municípios poderão instituir impostos extraordinários.
 - (C) A taxa é espécie de tributo vinculado a uma atividade estatal globalmente considerada, bem como à capacidade econômica do contribuinte.
 - (D) O tributo vinculado que tem por fato gerador a valorização de imóvel do contribuinte, decorrente de obra pública, é a contribuição de melhoria.
 - (E) A União, mediante lei ordinária, tem competência privativa residual para instituir novos impostos, desde que sejam não-cumulativos e não tenham por fato gerador ou base de cálculo próprios dos demais impostos discriminados na Constituição Federal.
-
8. A respeito do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, é INCORRETO afirmar:
- (A) Trata-se de imposto não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
 - (B) Será sempre seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
 - (C) Incidirá também sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o Imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
 - (D) Não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
 - (E) A isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.



9. Em relação à competência tributária, cabe
- (A) à União instituir impostos sobre: I) importação de produtos estrangeiros; II) propriedade territorial rural; III) doação de quaisquer bens e direitos.
 - (B) aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I) transmissão *causa mortis*; II) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; III) propriedade de veículos de qualquer natureza.
 - (C) aos Municípios instituir impostos sobre: I) propriedade territorial urbana e rural; II) serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária dos Estados, definidos em lei complementar; III) doação de quaisquer bens e direitos.
 - (D) aos Estados instituir impostos sobre: I) propriedade predial territorial e urbana; II) transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito de quaisquer bens e direitos; III) serviços de qualquer natureza.
 - (E) à União instituir impostos sobre: I) importação de produtos estrangeiros; II) propriedade territorial rural; III) os impostos estaduais em território Federal e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais.
-
10. Em relação às prescrições constitucionais insertas na seção 'Da repartição das receitas tributárias', é INCORRETO afirmar:
- (A) É permitida a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, advindos de receitas tributárias.
 - (B) Pertence ao Estado e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - (C) Pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
 - (D) Pertence aos Municípios a totalidade do produto da arrecadação do Imposto da União sobre a Propriedade Territorial Rural, relativamente aos imóveis neles situados quando, nos termos da Constituição Federal, os Municípios optarem, na forma da lei, por fiscalizar e cobrar o referido imposto, desde que não implique em sua redução ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
 - (E) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária, entregues e a entregar, e a expressão numérica dos critérios de rateio.
-
11. Sobre os princípios que regem nosso Sistema Tributário Nacional é correto afirmar:
- (A) Não se aplica o Princípio da Anterioridade a: Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis*.
 - (B) O princípio da Vedação de Confisco tem por objetivo estabelecer a tributação justa e livre de arbitrariedade, não se aplica, porém, a todas as espécies tributárias, mas somente aos tributos de natureza vinculada à atuação estatal.
 - (C) Em razão do princípio da Isonomia Tributária, é vedada à União a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
 - (D) O princípio da Capacidade Contributiva não se aplica às taxas e às contribuições de melhoria, mas tão somente aos impostos.
 - (E) Em razão do princípio da Imunidade Recíproca é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios tributar o patrimônio, a renda ou serviços, uns dos outros, inclusive aqueles relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
-
12. Com relação ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, é INCORRETO afirmar que a competência para instituir o imposto
- (A) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos é do Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal, se neste estiver situado o referido bem.
 - (B) relativamente a bens móveis, títulos e créditos é do Estado, ou do Distrito Federal, onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador.
 - (C) será regulada por lei ordinária, se o autor da herança possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve seu inventário processado no exterior.
 - (D) será regulada por lei complementar, se o doador tiver domicílio ou residência fixada no exterior.
 - (E) sobre as transmissões de propriedade de bens por ato oneroso entre vivos estaria excluído do rol de fatos geradores por ele alcançados.



13. A respeito da sujeição passiva da obrigação tributária principal, é correto afirmar que o contribuinte
- (A) tem relação com o fato gerador e o responsável tributário tem a capacidade contributiva indicada pela hipótese de incidência.
 - (B) tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador e o responsável tributário se obriga a pagar o tributo em razão de dispositivo expresso de lei.
 - (C) é sujeito passivo indireto e o responsável tributário é sujeito passivo direto.
 - (D) tem o dever de pagar o tributo ou a penalidade pecuniária e o responsável tributário deve cumprir a correspondente obrigação acessória.
 - (E) tem o dever de pagar o tributo ou a penalidade pecuniária e o responsável tributário tem o direito de exigir o adimplemento do tributo ou da penalidade pecuniária.
-
14. Nos termos do Código Tributário Nacional, são três as modalidades de lançamento: de ofício, por declaração e por homologação. O lançamento de ofício é cabível
- (A) apenas para os tributos sujeitos ao lançamento por homologação.
 - (B) quando o contribuinte ou terceiro declara à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato indispensável à sua efetivação.
 - (C) para todo e qualquer tributo, mesmo no caso de anterior e regular lançamento em outra modalidade.
 - (D) apenas no caso do sujeito passivo não cumprir com a obrigação acessória.
 - (E) para aquele tributo cujo anterior lançamento por homologação tiver sido comprovadamente feito com omissão ou inexistência, por parte de pessoa legalmente obrigada.
-
15. Sobre os prazos de natureza decadencial, previstos no CTN e correndo contra a Fazenda Pública, seja para homologar lançamento efetuado pelo contribuinte, seja para efetuar lançamento de ofício, é correto afirmar que são de
- (A) cinco anos contados da ocorrência do fato gerador para efetuar o lançamento de ofício e cinco anos contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado para homologar o realizado pelo contribuinte.
 - (B) cinco anos contados da constituição definitiva do crédito tributário para efetuar o lançamento de ofício e cinco anos contados da ocorrência do fato gerador para homologar o lançamento efetuado pelo contribuinte.
 - (C) cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, seja para efetuar o lançamento de ofício, seja para homologar o lançamento efetuado pelo contribuinte.
 - (D) cinco anos contados da ocorrência do fato gerador para homologar lançamento efetuado pelo contribuinte e cinco anos contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado, para o lançamento de ofício.
 - (E) dez anos contados da constituição definitiva do crédito tributário, seja para efetuar o lançamento de ofício seja para homologar o lançamento efetuado pelo contribuinte.
-
16. Nos termos do Código Tributário Nacional, a isenção e a anistia constituem causas de
- (A) extinção do crédito tributário.
 - (B) exclusão do crédito tributário.
 - (C) moratória do crédito tributário.
 - (D) suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - (E) imunidade.
-
17. É correto afirmar que a
- (A) analogia é forma de interpretação da norma jurídica e o seu emprego poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
 - (B) equidade é forma de interpretação da norma jurídica e o seu emprego poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
 - (C) analogia é forma de integração da norma jurídica e o seu emprego poderá resultar na exigência do tributo não previsto em lei.
 - (D) equidade é a forma de integração da norma jurídica e o seu emprego poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
 - (E) analogia é a forma de integração da norma jurídica e o seu emprego não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
-
18. Na realização de atividade fiscalizatória, os agentes fiscais podem entrar nos estabelecimentos dos contribuintes. Sobre o procedimento de fiscalização é correto afirmar que
- (A) não se aplicam os princípios constitucionais da inviolabilidade do domicílio, do direito à intimidade e do sigilo da correspondência, tendo em vista o poder de polícia conferido à administração tributária.
 - (B) existem restrições, pois o contribuinte não está obrigado a exibir livros contábeis ou fiscais obrigatórios, visto que a Constituição Federal lhe garante o direito à intimidade.
 - (C) realiza-se informalmente e não precisa ser documentado.
 - (D) deverá ser documentado por meio de termos específicos lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos ou, quando lavrados em separado, o sujeito passivo deverá ficar com cópia autenticada.
 - (E) é possível ao sujeito passivo até sua conclusão, se valer da denúncia espontânea em relação às infrações praticadas, beneficiando-se do pagamento sem imposição de multas.



19. O CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária

- I. promove ações em defesa do contribuinte, regulando o exercício da competência tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II. promove a celebração de convênios que concedem e revogam incentivos e benefícios fiscais no âmbito do ICMS.
- III. é constituído por representantes de Municípios, Estados e Distrito Federal.
- IV. é constituído por representantes de cada Estado e Distrito Federal e um representante do Governo Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.
- (E) I.

20. Segundo o princípio da não-cumulatividade do ICMS, é correto afirmar:

- (A) A isenção, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.
- (B) A não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- (C) Compensa-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- (D) Compensa-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante pago nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- (E) Compensa-se o que for restituído em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante pago nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

21. A Constituição Federal estabelece que, no caso do ICMS, isenções, incentivos e benefícios fiscais só poderão ser concedidos ou revogados mediante deliberação dos Estados ou do Distrito Federal, nos termos de lei complementar. Considerando que a Lei Complementar exigida pela Constituição Federal seja a de nº 24/1975 (que teria sido recepcionada pela ordem constitucional, sendo disciplinadora do CONFAZ), é correto afirmar que

- (A) é desnecessária a deliberação dos Estados e Distrito Federal no caso de proposta de redução de base de cálculo do ICMS, se houver lei ordinária estadual fazendo esta redução.
- (B) é necessária a deliberação dos Estados e Distrito Federal no caso de proposta de redução de base de cálculo do ICMS.
- (C) a redução da base de cálculo, quando não estabelecida pelo convênio CONFAZ, pode ser estabelecida por decreto legislativo.
- (D) não pode haver a redução da base de cálculo, eis que a mesma é fixada pela Constituição Federal.
- (E) não pode haver a redução da base de cálculo pelo CONFAZ em face do princípio da estrita legalidade em matéria tributária.

22. Considere a seguinte situação: diretores de uma empresa que está sendo adquirida por outra pactuaram com a adquirente que suportarão o pagamento do ICMS devido até a data do ato da aquisição. Neste caso, a Fazenda

- (A) poderá cobrar o ICMS da empresa adquirente, posto que as convenções particulares não podem ser opostas à Fazenda Pública.
- (B) não poderá investir contra a empresa adquirente, posto que, por convenção particular, foi alterado o sujeito passivo da obrigação tributária.
- (C) não poderá investir contra a empresa adquirente, posto que esta não praticou o fato gerador da obrigação tributária.
- (D) poderá cobrar o ICMS da empresa adquirente pelo regime da substituição tributária para frente.
- (E) poderá responsabilizar os diretores por descumprimento do dever de pagar o tributo.



23. O caminhão tanque de uma distribuidora de combustível, sujeita ao regime de substituição tributária, transportava, pela rodovia Castelo Branco, gasolina para distribuição em postos de combustíveis na cidade de Bauru. Durante o trajeto, sofreu um acidente e perdeu todo o combustível transportado. Neste caso, nos termos da Constituição Federal, e com relação ao ICMS substituição tributária, é correto afirmar que
- (A) trata-se de causa de remissão do crédito tributário e, portanto, o ICMS não será devido.
 - (B) trata-se de causa de anistia do crédito tributário e, portanto, o ICMS não será devido.
 - (C) a distribuidora poderá compensar o ICMS devido nesta operação com o montante cobrado nas anteriores.
 - (D) trata-se de causa de isenção do crédito tributário e, portanto, o ICMS não será devido.
 - (E) é assegurada a imediata restituição da quantia paga a título de ICMS, posto não ter ocorrido o fato gerador presumido.
-
24. O fisco paulista considerou como operações dissimuladas o fato de uma grande rede de supermercados criar sete estabelecimentos de pequeno porte, pretendendo beneficiar-se do regime especial do Simples Paulista, pagando ICMS com alíquota reduzida. Neste caso, com base no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) há de se desconsiderar o fracionamento, eis que se trata de fusão de empresas.
 - (B) a autoridade fazendária deverá responsabilizar os sócios de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos em Lei ordinária.
 - (C) a autoridade fazendária nada poderá fazer, devendo aguardar manifestação obrigatória do Poder Judiciário.
 - (D) a autoridade fazendária poderá desconsiderar o fracionamento da empresa, de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos em Lei ordinária, eis que praticado com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
 - (E) os estabelecimentos de pequeno porte devem responder pelo pagamento do ICMS de forma solidária.
-
25. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- I. autoriza a emissão de certidão positiva com efeito de negativa.
 - II. autoriza a emissão de certidão negativa de débitos.
 - III. dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.
 - IV. não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.
-

Legislação Tributária do Estado de São Paulo II

Instruções: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 26 a 29.

A loja HELP Comércio de Materiais para Construção Ltda., situada na cidade de Socorro-SP, adquiriu um lote de tintas e vernizes por R\$ 20.000,00, mais IPI de R\$ 3.000,00, diretamente de fabricante, situado na cidade de São Bernardo do Campo-SP. O frete, no valor de R\$ 1.000,00, está incluso no preço da aquisição. Considere que tais mercadorias estão sujeitas à substituição tributária, com retenção antecipada do ICMS, que o índice de valor adicionado (IVA-ST) é de 35%, que ambas as alíquotas internas de SP e de MG são de 18% e que não há isenção nem redução de base de cálculo nas operações.

26. Nessa venda feita à loja HELP, o valor do ICMS retido antecipadamente pela fábrica de tintas e vernizes de São Bernardo do Campo-SP foi
- (A) R\$ 2.529,00
 - (B) R\$ 2.232,00
 - (C) R\$ 1.989,00
 - (D) R\$ 1.692,00
 - (E) R\$ 1.314,00



27. Considere que todo o lote de tintas e vernizes adquirido pela empresa HELP seja vendido, com a margem de valor agregado de 35%, para a Paróquia de São Benedito, localizada em Bueno Brandão-MG, que o utilizará na reforma da sua igreja. Nesse caso, a empresa HELP
- (A) não deverá recolher complemento, nem terá direito ao ressarcimento de ICMS, pois essa situação não interfere na substituição tributária, com retenção antecipada, já que todo o ICMS é devido ao Estado de São Paulo.
 - (B) não deverá recolher complemento e ainda terá direito ao ressarcimento do ICMS retido pela fábrica de São Bernardo do Campo-SP, pois a retenção antecipada, na substituição tributária, é hipótese de presunção *juris tantum*.
 - (C) poderá pleitear o ressarcimento do ICMS retido pela fábrica de São Bernardo do Campo-SP, pois a Paróquia de São Benedito afirma gozar de isenção tributária.
 - (D) deverá recolher o complemento do ICMS com base na aplicação da alíquota interestadual de 12%.
 - (E) poderá pleitear o ressarcimento do ICMS retido antecipadamente pela fábrica de São Bernardo do Campo-SP e se creditar do imposto próprio da fábrica.
-
28. Caso parte do lote de tintas e vernizes seja vendido por R\$ 5.000,00, para a fábrica de móveis BRAGATINO, localizada em Bragança Paulista-SP, que o utilizará como insumo na sua produção, a loja HELP deverá emitir NF - Nota Fiscal
- (A) com destaque de ICMS, pois prevalece o princípio constitucional da não-cumulatividade, mas o fabricante de móveis BRAGATINO poderá aproveitar apenas o crédito fiscal referente à diferença entre o imposto destacado na NF e o imposto retido antecipadamente.
 - (B) sem destaque de ICMS e o fabricante de móveis BRAGATINO não poderá aproveitar o crédito fiscal, pois tal crédito é vedado quando a mercadoria está sujeita ao regime de substituição tributária.
 - (C) com destaque de ICMS, pois prevalece o princípio constitucional da não-cumulatividade e o fabricante de móveis BRAGATINO poderá aproveitar o crédito fiscal referente ao imposto destacado na NF.
 - (D) sem destaque de ICMS, mas o fabricante de móveis BRAGATINO poderá aproveitar o crédito fiscal, ainda que não destacado na NF, calculado pela aplicação da alíquota de 18% sobre os R\$ 5.000,00 (valor da operação).
 - (E) sem destaque de ICMS, mas o fabricante de móveis BRAGATINO poderá aproveitar o crédito fiscal referente à diferença entre o imposto calculado pela aplicação da alíquota de 18% sobre os R\$ 5.000,00 (valor da operação) e o imposto retido antecipadamente.
-
29. Caso todo o lote de tintas e vernizes seja utilizado pela própria loja HELP, na reforma de suas instalações, é correto afirmar que esse contribuinte:
- (A) não deverá emitir nota fiscal, pois não ocorre fato gerador, terá direito ao ressarcimento do ICMS retido antecipadamente a favor do Estado de São Paulo e poderá se creditar do imposto próprio da fábrica de São Bernardo do Campo.
 - (B) deverá emitir nota fiscal com destaque do imposto próprio e se debitar em conta gráfica, porém terá direito ao ressarcimento do ICMS retido antecipadamente a favor do Estado de São Paulo e poderá se creditar do imposto próprio da fábrica de São Bernardo do Campo-SP, pois a substituição tributária consiste numa presunção *juris tantum*.
 - (C) deverá emitir nota fiscal, sem destaque do imposto, pois a substituição tributária consiste numa presunção *juris et de jure*, no entanto, poderá aproveitar o crédito fiscal calculado pela aplicação da alíquota de 18% sobre o valor da aquisição do lote de tintas e vernizes.
 - (D) deverá emitir nota fiscal sem destaque do imposto, no entanto, poderá aproveitar o crédito fiscal referente a diferença entre o imposto total recolhido pela fábrica de São Bernardo do Campo-SP e o calculado pela aplicação da alíquota de 18% sobre o valor da aquisição do lote de tintas e vernizes.
 - (E) não deverá emitir nota fiscal, pois não ocorre fato gerador, terá direito ao ressarcimento do ICMS retido antecipadamente a favor do Estado de São Paulo, mas não poderá se creditar do imposto próprio da fábrica de São Bernardo do Campo-SP.



30. Numa fábrica de camisas, localizada no bairro do Brás, em São Paulo-SP, ocorreram os seguintes eventos no mês de junho de 2009:
- I. Em 15/06/09, recebeu em devolução, por empresa capixaba, um lote de camisas no valor de R\$ 10.000,00. Na saída, o remetente capixaba emitiu Nota Fiscal com o mesmo valor pelo qual havia recebido as mercadorias, porém destacou imposto alterando a alíquota de 7% para 12% pelo fato de estar remetendo as mercadorias para São Paulo.
 - II. Em 19/06/09, recebeu máquina adquirida para utilizar na produção, com ICMS destacado no valor de R\$ 14.400,00.
 - III. Em 24/06/09, recebeu mesa, cadeiras, estantes, quadros e outros objetos de decoração, tudo destinado à sala de reuniões da diretoria. O ICMS destacado em Nota Fiscal foi de R\$ 2.400,00.

Considere que, em junho de 2009, as operações de saídas de mercadorias da empresa foram integralmente tributadas pelo ICMS, e que não há redução da base de cálculo em nenhuma dessas operações.

Em relação aos eventos I, II e III, o valor do crédito fiscal que poderá ser escriturado em junho de 2009 é

- (A) R\$ 850,00
- (B) R\$ 1.000,00
- (C) R\$ 1.300,00
- (D) R\$ 1.350,00
- (E) R\$ 1.450,00

31. Considere os seguintes lançamentos a crédito efetuados por contribuintes paulistas:

- I. Crédito levado a efeito por comerciante, em julho de 2009, referente ao ICMS efetivamente pago por meio de guia de recolhimentos especiais, por ocasião do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas ocorrido em 31/07/09, sendo que as mercadorias ingressaram no estabelecimento do comerciante apenas em 03/08/09.
- II. Crédito do ICMS, destacado em Nota Fiscal de aquisição de ferramentas e peças de reposição de veículos de passeio, feito por empresa fabricante de suco de laranja.
- III. Crédito do ICMS incidente sobre a energia elétrica consumida na fabricação de pães e doces, efetuado por panificadora.
- IV. Crédito do ICMS, na aquisição de óleo diesel para abastecimento de caminhões próprios, utilizados por empresa distribuidora de refrigerantes, na entrega das mercadorias cujo ICMS fora retido antecipadamente por substituição tributária.

Com base na atual legislação do ICMS, estão corretos os lançamentos

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

32. Com relação ao Cadastro de Contribuintes do ICMS - CCI do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- (A) Pintor autônomo contratado por comerciante paulista regularmente inscrito, para aplicar verniz em portas a serem posteriormente vendidas por aquele comerciante, deve providenciar a sua inscrição estadual no CCI.
- (B) Oficina de recondicionamento de motores deve providenciar a sua inscrição estadual no CCI, antes do início de sua atividade, apesar desta atividade estar compreendida na competência tributária do município.
- (C) Templos de qualquer culto são dispensados de inscrição estadual no CCI devido à imunidade subjetiva constitucionalmente prevista, mesmo que pretendam praticar, com habitualidade, operações relativas à circulação de mercadorias sujeitas ao imposto.
- (D) Armazém frigorífico, embora possa assumir a posição de responsável solidário em determinadas situações, não é contribuinte do ICMS, portanto não deve se inscrever no CCI.
- (E) Empresa de transporte de carga, que realiza prestações exclusivamente na cidade de São Paulo, está dispensada de inscrição estadual no CCI.



33. A inscrição do contribuinte X no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CCI do Estado de São Paulo foi anulada, desde o suposto início de suas atividades em 01/01/07, em virtude da constatação de simulação de existência do estabelecimento, fato que foi devidamente comprovado em procedimento de apuração de inidoneidade de documentos fiscais, realizado em fevereiro de 2009, por Agente Fiscal de Rendas – AFR. Em razão dos fatos comprovados, o fisco paulista tornou pública, em 10/02/09, a cassação da inscrição do contribuinte X, e determinou que toda e qualquer nota fiscal de sua emissão fosse considerada inidônea, e, portanto, inábil para suportar crédito fiscal.

Luciana, AFR, em visita de fiscalização ao estabelecimento comercial paulista Y, constata o aproveitamento de créditos fiscais suportados por três notas fiscais de emissão do contribuinte X, listadas na tabela a seguir:

Nº da Nota Fiscal	Data de Emissão
101	10/08/08
102	22/02/09
103	05/04/09

Ao ser informado por Luciana do teor da cassação da inscrição do contribuinte X, o contribuinte Y refutou aquelas informações com os seguintes argumentos:

- As operações foram efetivamente realizadas, apresentando, para tanto, um suposto recibo de quitação, referente à Nota Fiscal de emissão em 22/02/09.
- O contribuinte não tem meios de verificar se seu fornecedor está regularmente inscrito.
- A declaração de inidoneidade pelo Fisco só poderia produzir efeitos após a sua publicação, que ocorreu em 10/02/09.

Diante de tais argumentos do contribuinte, Luciana procede corretamente quando

- (A) impugna todos os créditos fiscais aproveitados com base naquelas Notas Fiscais de suposta emissão do contribuinte X.
- (B) impugna apenas a Nota Fiscal de suposta emissão do contribuinte X datada de 05/04/09, porque os efeitos da declaração de inidoneidade só têm eficácia após a sua publicação no DOE e porque há comprovação de pagamento para a operação referente à Nota Fiscal datada de 22/02/09.
- (C) aceita todos os créditos fiscais aproveitados, porque o contribuinte não tem obrigação nem condições de verificar se seus fornecedores estão ou não regularmente inscritos no CCI do Estado de São Paulo.
- (D) aceita todos os créditos fiscais aproveitados, porque a comprovação de operação realizada por meio do recibo de quitação torna nulo todo o procedimento de apuração de inidoneidade das Notas Fiscais do contribuinte X, já que demonstra que tal fornecedor existia de fato.
- (E) impugna os créditos fiscais aproveitados com base nas Notas Fiscais nº 101 e 103, datadas de 10/08/08 e de 05/04/09, respectivamente, emitidas com o nome do contribuinte X, porém aceita o aproveitamento de crédito referente à Nota Fiscal nº 102, datada de 22/02/09, devido à comprovação da sua quitação.

34. Quanto aos procedimentos de fiscalização, à luz do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- (A) Quando houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não reflitam o preço real das operações ou prestações, estará o Agente Fiscal de Rendas atuante autorizado a realizar o arbitramento dos valores daquelas operações ou prestações.
- (B) O Agente Fiscal de Rendas, quando comparecer a estabelecimento do contribuinte, no exercício de suas funções, lavrará, conforme critérios de oportunidade e conveniência, termos circunstanciados de início e de conclusão da verificação fiscal.
- (C) Empresas seguradoras, empresas de arrendamento mercantil, bancos e outras instituições financeiras não estão obrigadas a franquear à fiscalização o exame de contratos e de outros documentos relacionados com o ICMS, em decorrência do sigilo bancário.
- (D) Bem ou mercadoria que constituírem prova material de infração à legislação tributária ficam sujeitos à apreensão, com exceção das mercadorias de fácil deterioração, para evitar que a responsabilidade pelo seu perecimento recaia sobre o fisco.
- (E) O movimento real tributável realizado pelo estabelecimento, em determinado período, poderá ser apurado por meio de levantamento fiscal em que serão considerados os valores das mercadorias entradas, das mercadorias saídas, dos estoques inicial e final, além de outros elementos informativos. Porém, não se pode considerar, no levantamento fiscal, qualquer meio meramente indiciário, nem se pode aplicar coeficiente médio de lucro bruto, de valor acrescido ou de preço unitário, por expressa vedação legal.



35. Rosana, AFR, comparece a um depósito comercial atacadista, localizado em São Paulo, para realizar uma verificação fiscal, e registra as seguintes ocorrências:
- I. O gerente do depósito atacadista não lhe apresenta nenhum livro fiscal, nem comercial, tampouco talonários de documentos fiscais. Então, Rosana lavra termo de início de fiscalização em instrumento apartado e entrega cópia ao interessado.
 - II. No pátio do depósito, Rosana depara com um caminhão estacionado, descarregando mercadorias. Verifica que tais mercadorias estão desacompanhadas de Notas Fiscais. Imediatamente, Rosana lavra termo circunstanciado de apreensão de mercadorias.
 - III. Suspeitando que o gerente do depósito esconderia outras mercadorias em sua residência, vizinha ao depósito, Rosana dirige-se até o local e obriga o gerente a lhe possibilitar a entrada e verificação, alertando-o de que, em caso de embarço, requisitará auxílio policial.
- É correto afirmar que Rosana tomou medidas coerentes com o preconizado no Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo nas ocorrências
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) II e III, apenas.

36. Com base nos ditames da legislação paulista, diferimento do ICMS é
- (A) uma espécie de suspensão do pagamento do imposto. Nele, ocorre a postergação do momento do lançamento do ICMS, mas não se altera a pessoa responsável pelo seu pagamento. Não se trata de benefício fiscal, portanto prescinde de autorização por convênio do CONFAZ.
 - (B) uma medida adotada pelo fisco para facilitar o controle da arrecadação e fiscalização do pagamento do imposto. Nele, ocorre a isenção do imposto em determinadas etapas iniciais da circulação da mercadoria, postergando a incidência do ICMS. Portanto, faz-se necessária autorização mediante convênio do CONFAZ.
 - (C) a transferência da responsabilidade tributária do ICMS para um contribuinte que participe de uma etapa subsequente da circulação da mercadoria. Não caracteriza benefício fiscal, não necessitando, portanto, de convênio do CONFAZ para sua instituição.
 - (D) um benefício fiscal que necessita de autorização, mediante convênio do CONFAZ, para sua legitimação. No diferimento, ocorre uma postergação do momento do pagamento do ICMS, transferindo-se a responsabilidade para um substituto tributário.
 - (E) usado pelos Estados para facilitar o controle e a arrecadação do ICMS. Nele, o momento do lançamento do imposto é postergado, mas não é alterada a responsabilidade pelo pagamento. Trata-se de benefício fiscal que depende de autorização mediante convênio do CONFAZ.

37. A empresa paulista Y realizou as seguintes operações sujeitas à tributação do ICMS:
- Comprou da empresa paulista A mercadorias no valor de R\$ 2.000,00, em operação tributada, e as revendeu por R\$ 4.000,00 para consumidor final paulista.
 - Comprou do produtor paulista B mercadorias no valor de R\$ 4.000,00, em operação diferida, e as revendeu por R\$ 8.000,00 para consumidor final mineiro, não-contribuinte do ICMS.
 - Comprou do produtor paulista C mercadorias no valor de R\$ 4.000,00, em operação diferida, as quais se perderam em virtude de uma enchente.

Considerando as operações acima, e uma alíquota uniforme de 18%, o débito total do ICMS a ser lançado pela empresa paulista Y no livro próprio é

- (A) R\$ 2.880,00
- (B) R\$ 3.240,00
- (C) R\$ 2.400,00
- (D) R\$ 2.160,00
- (E) R\$ 2.520,00



38. Conforme os ditames da legislação paulista do ICMS, bem como da Lei Complementar nº 116/03, considere as situações descritas a seguir.

- I. João, residente em São Bernardo do Campo-SP, proprietário de um veículo de luxo, leva seu carro a uma empresa paulista de blindagem automotiva, que lhe cobra R\$ 100.000,00, dos quais 80% se referem a partes e peças aplicadas na blindagem.
- II. Uma seguradora paulista adquire, diretamente do fabricante localizado em Diadema-SP, aparelho de ar condicionado de sua linha comercial de produção. O fabricante lhe cobra R\$ 4.500,00 pelo aparelho, além de R\$ 500,00 pela instalação.
- III. Antes de viajar para lua de mel, um casal pretende se hospedar no Hotel Constelação, localizado em São Paulo, e observa na tabela de diárias os seguintes preços para a suíte real: R\$ 300,00 a diária simples e R\$ 500,00 a diária completa. O casal opta por duas diárias completas, que incluem café, almoço e jantar.

Considerando a alíquota uniforme de 18%, os montantes de ICMS devidos ao Estado de São Paulo, nas situações I, II e III, são, respectivamente,

- (A) R\$ 14.400,00; R\$ 0 e R\$ 72,00
- (B) R\$ 14.400,00; R\$ 810,00 e R\$ 72,00
- (C) R\$ 14.400,00; R\$ 900,00 e R\$ 0
- (D) R\$ 18.000,00; R\$ 810,00 e R\$ 72,00
- (E) R\$ 18.000,00; R\$ 900,00 e R\$ 0

39. Considere o estabelecimento comercial paulista Alpha Beto, que atua no mercado há cerca de 2 anos e se encontra perfeitamente enquadrado como microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06. Por hipótese, considere, também, que, para esse estabelecimento, ocorreram os seguintes eventos:

- As vendas cresceram abruptamente e, em agosto de 2008, a receita bruta acumulada desde 01/01/08 ultrapassou o limite de R\$ 240.000,00.
- Em novembro de 2008, aproveitando o caixa excedente bem como o fato de seu concorrente, localizado na mesma rua, passar por dificuldades relacionadas com seu fluxo de caixa, adquire 40% das suas quotas sociais, de tal forma que o estabelecimento Alpha Beto passa a figurar como seu sócio minoritário.

Com base nesses eventos, é correto afirmar que o estabelecimento Alpha Beto

- (A) assume a condição de empresa de pequeno porte, com efeitos retroativos a partir de janeiro de 2008.
- (B) assume a condição de empresa de pequeno porte, com efeitos a partir de setembro de 2008.
- (C) assume a condição de empresa de pequeno porte, com efeitos a partir do ano-calendário de 2009.
- (D) sofre exclusão do regime de que trata a Lei Complementar nº 123/06, com efeitos a partir de janeiro de 2009.
- (E) sofre exclusão do regime de que trata a Lei Complementar nº 123/06, com efeitos a partir de dezembro de 2008.

40. Empresa paulista, devidamente enquadrada como Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, realiza as seguintes operações:

- I. Importação de mercadorias desembaraçadas no Porto de Santos-SP.
- II. Aquisição, em operação interna, de mercadorias desacobertas de documento fiscal.
- III. Aquisição, em operação interna, de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.

Não se sujeitam à sistemática de recolhimento estabelecida na legislação do Simples Nacional, devendo o ICMS ser recolhido diretamente ao Estado de São Paulo, as operações descritas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.



41. Em conformidade com os ditames da Lei nº 13.296/08, é correto afirmar:
- (A) Em se tratando de veículo novo, não-fabricado em série, considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA na data da saída do veículo constante da nota fiscal de venda.
 - (B) Em se tratando de veículo de propriedade de empresa de arrendamento mercantil, o IPVA é devido no local do domicílio da arrendadora.
 - (C) A empresa privada situada em Guarulhos-SP, que toma em aluguel veículo para seu diretor utilizar em suas atividades na região metropolitana de São Paulo, será subsidiariamente responsável pelo IPVA, em relação aos fatos geradores ocorridos nos exercícios em que o veículo estiver sob locação.
 - (D) Ocorre fato gerador do IPVA, quando a locadora paulista Lata Velha disponibiliza para locação, no seu estabelecimento na cidade de São Paulo, um automóvel anteriormente adquirido e licenciado em Curitiba – PR.
 - (E) O inventariante é responsável solidário em relação aos débitos de IPVA referentes aos veículos compreendidos no espólio.
-
42. Segundo as disposições da Lei nº 13.296/08,
- (A) as imunidades, por serem constitucionalmente instituídas, independem de qualquer procedimento disciplinado pelo Poder Executivo para seu conhecimento e concessão. O mesmo já não ocorre quanto às isenções e às dispensas de pagamento, que têm procedimentos administrativos de reconhecimento e concessão previstos no regulamento.
 - (B) o beneficiário de isenção ou de dispensa de pagamento do IPVA que, em razão de um evento, deixa de preencher os requisitos do benefício, deve recolher o IPVA no prazo de 30 dias a contar da ocorrência daquele evento.
 - (C) são isentos do IPVA o ônibus e o microônibus pertencentes, ambos, a uma mesma pessoa física, motorista autônomo, que os utiliza no transporte de passageiros na região metropolitana de Campinas-SP.
 - (D) não há isenção para veículo arrendado para Representação Consular estrangeira, ainda que o respectivo país de origem conceda reciprocidade de tratamento e essa Representação Consular faça jus a tratamento diplomático.
 - (E) roubo de veículo não é hipótese de restituição do imposto pago, referente ao mesmo exercício, porque o fato gerador ocorreu em momento anterior ao do evento criminoso.
-
43. Considere os seguintes eventos ocorridos no Estado de São Paulo:
- I. Em 10/04/09, Pedro, motorista de táxi, pensando em iniciar uma frota, adquire seu segundo veículo, uma Santana Quantum, ano 1987, que será conduzido por seu filho.
 - II. Em 05/06/09, Mário, deficiente físico, adquire, regularmente, veículo adaptado à sua condição, registrando-o e licenciando-o em seu nome.
 - III. José, fazendeiro, promove, em julho de 2009, adaptações em um trator agrícola para usá-lo unicamente em competições esportivas de corridas de tratores na lama.
- Considerando, hipoteticamente, que a legislação paulista relativa ao IPVA seja mantida inalterada até 01/01/10 e que os eventos apresentados se mantenham inalterados até a data citada, as situações tributárias I, II e III serão, respectivamente, de
- (A) tributação, isenção e tributação.
 - (B) isenção, tributação e isenção.
 - (C) isenção, isenção e tributação.
 - (D) tributação, tributação e isenção.
 - (E) isenção, isenção e isenção.
-
44. Quanto às obrigações acessórias previstas na legislação paulista do IPVA, é correto afirmar:
- (A) No caso de alienação do veículo, a obrigação de comunicar a alteração de propriedade às autoridades responsáveis pelo Cadastro de Contribuintes do IPVA incumbe ao adquirente, que deve providenciar a transferência, ficando o vendedor desonerado dessa obrigação.
 - (B) Todo aquele a quem forem solicitadas informações de interesse da fiscalização estará obrigado a prestá-las e, mediante notificação, serão obrigados a exibir documentos, guias, impressos ou arquivos.
 - (C) Em razão do sigilo bancário, as instituições financeiras não são obrigadas a fornecer ao fisco paulista informações sobre os veículos financiados e sobre os seus respectivos adquirentes, salvo mediante autorização judicial.
 - (D) As empresas locadoras estão obrigadas a prestar informações sobre os veículos locados ou colocados à disposição para locação neste Estado, salvo quanto aos veículos registrados em outro Estado da federação.
 - (E) Os revendedores de veículos estão dispensados de prestar informações ao fisco paulista sobre as suas vendas de veículos novos, pois essas operações serão informadas pelos respectivos fabricantes ou importadores. Entretanto, incumbe aos revendedores prestar informações ao fisco paulista acerca das operações com veículos usados.



Instruções: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 45 e 46.

Adalberto faleceu. Deixou testamento válido com uma única disposição na qual conferiu, como legado, um de seus três carros ao seu amigo de infância, Joaquim. Ultimamente, Adalberto morava em São Paulo com seus dois filhos menores, André e Adriano, havidos na constância de seu segundo casamento. Havia seis meses que estava separado de fato de Joana, com quem era casado em regime de comunhão universal. Do primeiro casamento, Adalberto deixou um único filho, Gilson. Gilson é casado, em regime de comunhão parcial de bens, com Maria, com quem tem duas filhas, Nathália e Marina. Infelizmente, tempos atrás, Gilson brigou com seu pai e não se falavam desde então. A despeito disso, ele se habilitou à sucessão.

Além dos carros, Adalberto era proprietário de um apartamento em São Paulo, de uma casa em Ubatuba-SP, de R\$ 300.000,00 em aplicações financeiras e de 30 mil ações da Petrobrás. Na partilha, processada em São Paulo, excluindo-se o legado, não houve atribuição individual de bens, de sorte que a cada herdeiro fora atribuído o seu respectivo quinhão.

45. Neste caso, considerando as disposições da Lei nº 10.705/00 bem como as do Decreto nº 46.655/02 do Estado de São Paulo, são contribuintes do ITCMD, além de André, Adriano e Gilson,

- (A) Joana e Maria.
- (B) Joana.
- (C) Joaquim e Joana.
- (D) Joaquim e Maria.
- (E) Joaquim.

46. Com base nas disposições da Lei nº 10.705/00, bem como do Decreto nº 46.655/02 do Estado de São Paulo, na hipótese de existir sentença judicial transitada em julgado, declarando Gilson indigno, quantos seriam os fatos geradores do ITCMD?

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 7
- (E) 8

47. Considere os seguintes eventos ocorridos no Estado de São Paulo:

- I. Um pai realiza seis doações a seu filho, cada uma no valor equivalente a 500 UFESPs, sendo a primeira em agosto e as demais nos meses imediatamente subsequentes.
- II. Extinção do usufruto da chácara em virtude do falecimento da mãe de João (usufrutuária). João, como proprietário, havia instituído o usufruto em favor de sua mãe.
- III. Famoso compositor converteu-se recentemente a outra religião. Mediante escritura pública passada em cartório, transferiu os direitos autorais da sua mais conhecida canção, incorporando-os ao patrimônio daquele templo religioso.

Segundo as disposições do Decreto paulista nº 46.655/02, quanto ao ITCMD, as situações tributárias dos eventos I, II e III, respectivamente, representam casos de

- (A) isenção, isenção e não-incidência.
- (B) tributação, não-incidência e tributação.
- (C) tributação, tributação e isenção.
- (D) não-incidência, isenção e tributação.
- (E) isenção, tributação e não-incidência.

48. Quanto às hipóteses de não-incidência e de isenção do ITCMD, previstas na Lei nº 10.705/00 e regulamentadas no Decreto nº 46.655/02 do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- (A) A importância deixada ao testamenteiro, a título de prêmio ou remuneração, até o limite legalmente estabelecido, goza de isenção do ITCMD.
- (B) O ITCMD não incide na renúncia sob condição resolutiva, a menos que a condição venha a se implementar.
- (C) Os frutos e os rendimentos dos bens do espólio, havidos após o falecimento do autor da herança, não são alcançados pela incidência do ITCMD.
- (D) A isenção do ITCMD em benefício das entidades cujos objetivos estejam vinculados à promoção dos direitos humanos, à cultura ou à preservação do meio ambiente independe de reconhecimento pela Secretaria da Fazenda.
- (E) A lei do ITCMD atualmente prevê hipótese de não-incidência na transmissão de bens ou direitos ao patrimônio das entidades sindicais patronais, mas condiciona tal benefício ao atendimento de determinados requisitos.



49. Em relação à base de cálculo e à alíquota do ITCMD, conforme disposições da Lei nº 10.705/00 e do Decreto nº 46.655/02 do Estado de São Paulo, é correto afirmar:
- (A) No cálculo do ITCMD, não serão abatidas quaisquer dívidas que onerem o bem transmitido, exceto as do espólio.
 - (B) As alíquotas são progressivas em função da essencialidade do bem ou do direito transmitido.
 - (C) Na transmissão não-onerosa do domínio útil de um bem, a base de cálculo corresponderá a dois terços do valor do bem.
 - (D) Na transmissão *causa mortis* de um bem imóvel, a base de cálculo será o valor venal do bem na data do registro do instrumento de transmissão (formal de partilha ou carta de adjudicação) no cartório de registro de imóveis competente.
 - (E) Em caso de ocorrer sobrepartilha, o ITCMD será recalculado para considerar o acréscimo patrimonial de cada quinhão.

50. Conforme o artigo 1º da Lei nº 11.331/02, os emolumentos relativos aos serviços públicos notariais e de registro têm por fato gerador a prestação de serviços públicos notariais e de registro previstos no artigo 236 da Constituição Federal do Brasil. Acerca desses emolumentos, considere:

- I. As pessoas físicas ou jurídicas que se utilizarem dos serviços ou da prática dos atos notariais ou de registro serão contribuintes dos emolumentos.
- II. Os tabeliães e os oficiais registradores, como substitutos tributários, serão obrigados a proceder à cobrança e ao recolhimento dos emolumentos.
- III. O cumprimento das disposições da Lei nº 11.331/02 pelos notários, registradores e seus prepostos está sujeito à fiscalização judiciária efetuada pelos juízes corregedores permanentes. Uma vez verificada a falta ou insuficiência de recolhimento dos emolumentos, poderão essas autoridades lavrar o devido Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM.

Segundo as disposições da Lei nº 11.331/02, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Instruções: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 51 e 52.

No Estado de São Paulo, em sessão de uma Câmara Julgadora, está sendo julgado recurso ordinário de um contribuinte. Este foi autuado por creditar-se indevidamente do ICMS, pois os documentos fiscais que serviriam de suporte àqueles créditos haviam sido emitidos por uma empresa que, embora inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, teve sua inscrição cassada por simulação de existência.

O juiz relator (neste caso, servidor público e presidente da Câmara Julgadora), em voto bem elaborado e embasado nas provas dos autos, manteve a acusação como originalmente lavrada em Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM. Seguiu-se o debate. Um dos juízes, discordando do relator, proferiu o seguinte voto de preferência:

“Com a devida venia do i. Juiz Relator, a quem costumeiramente acompanho por seus brilhantes votos, ousou, neste caso, discordar. Dou provimento ao recurso do contribuinte e, neste diapasão, cancelo o AIIM.”

Na sequência da votação, o outro juiz servidor público declarou-se impedido. O quarto juiz votou acompanhando o juiz prolator do voto de preferência. Assim, o voto de preferência, que cancelou o auto de infração, tornou-se o voto condutor da decisão. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE.

51. Neste caso, considerando os princípios que regem o processo administrativo tributário do Estado de São Paulo, o
- (A) acórdão da Câmara Julgadora não é nulo, pois atende aos princípios da celeridade e da publicidade, já que conduzido por voto sucinto, que foi publicado no DOE.
 - (B) acórdão da Câmara Julgadora apresenta nulidade, porque não demonstra os fundamentos que levaram o juiz prolator do voto condutor da decisão a concluir pela improcedência da autuação contida no AIIM, ferindo o princípio da motivação.
 - (C) acórdão da Câmara Julgadora é anulável, porque, com o impedimento de um dos juízes servidores públicos, houve quebra da paridade e prejuízo ao contraditório pelo fisco.
 - (D) princípio da imparcialidade, que é garantia de um julgamento proferido por juízes equidistantes das partes, foi violado quando o juiz servidor público declarou-se impedido.
 - (E) acórdão da Câmara Julgadora é nulo, porque o juiz servidor público que se declarou impedido não poderia tê-lo feito por falta absoluta de previsão legal.



52. O recurso cabível em decorrência da decisão prolatada pela Câmara Julgadora e a competência para exercer o juízo de admissibilidade são, respectivamente:
- (A) Recurso Especial e Presidente do Tribunal de Impostos e Taxas.
 - (B) Reforma de Julgado e Câmara Julgadora.
 - (C) Retificação de Julgado e Câmara Superior.
 - (D) Recurso Especial e Câmara Superior.
 - (E) Reforma de Julgado e Presidente do Tribunal de Impostos e Taxas.
-
53. Segundo preconiza o artigo 55 da Lei nº 13.457/09, que rege o processo administrativo tributário do Estado de São Paulo, o Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo compõe-se de
- (A) Presidência e Vice-Presidência, Câmara Superior, Câmaras Julgadoras e Delegacias Tributárias de Julgamento.
 - (B) Presidência, Câmara Superior, Câmaras Julgadoras e Delegacias Tributárias de Julgamento.
 - (C) Presidência, Câmara Superior, Câmaras Julgadoras, Representação Fiscal e Secretaria.
 - (D) Presidência e Vice-Presidência, Câmara Superior, Câmaras Julgadoras e Secretaria.
 - (E) Presidência e Vice-Presidência, Câmara Superior, Câmaras Julgadoras, Delegacias Tributárias de Julgamento e Representação Fiscal.
-
54. No processo administrativo tributário do Estado de São Paulo, de acordo com a Lei nº 13.457/09, é correto afirmar:
- (A) Somente será aceita transcrição de documento eletrônico como meio de prova, se o processo for instruído com certidão de comprovação da integridade do documento eletrônico, emitida pelo competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
 - (B) O princípio da busca pela verdade material estabelece que todos os meios hábeis para provar a veracidade dos fatos controvertidos são válidos, ainda que moralmente ilegítimos, excetuando-se os obtidos de forma ilícita.
 - (C) Como regra geral, as provas da infração imputada devem instruir o Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM, desde a sua lavratura, e as provas que infirmam o trabalho fiscal devem ser apresentadas pelo contribuinte autuado juntamente com sua defesa. Entretanto, havendo motivo de força maior ou ocorrência de fato superveniente poderão ser admitidas provas apresentadas extemporaneamente.
 - (D) As intimações dos atos processuais não poderão ser feitas por meio eletrônico, entretanto a Administração Pública poderá se valer desse meio como forma de ratificar as intimações realizadas por edital ou por carta registrada.
 - (E) A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente e, quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, esta poderá ser requerida por qualquer interessado, inclusive por aquele que lhe tiver dado causa.
-
55. Em relação ao processo administrativo tributário do Estado de São Paulo, de acordo com a Lei nº 13.457/09, é correto afirmar:
- (A) Admitido o recurso ordinário interposto pelo autuado, serão os autos encaminhados à Representação Fiscal para oferecer contrarrazões no prazo de 90 dias, findo o qual, com ou sem manifestação, o processo será encaminhado ao Tribunal de Impostos e Taxas para julgamento.
 - (B) O juízo de admissibilidade do recurso ordinário, interposto pela Fazenda Pública do Estado, fica a cargo do Delegado Tributário de Julgamento.
 - (C) O recurso ordinário devolve ao Tribunal de Impostos e Taxas o conhecimento da matéria de direito impugnada, mas não devolve o conhecimento da matéria de fato, pois é vedado o reexame do acervo fático-probatório que já fora objeto de análise na instância inferior.
 - (D) O autuado pode interpor recurso ordinário contra decisão favorável à Fazenda Pública, proferida em julgamento de defesa apresentada em face de Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM, que foi lavrado reclamando débito fiscal em montante equivalente a 10.000 UFESPs.
 - (E) Nos casos de recurso de ofício, a Representação Fiscal manifestar-se-á no prazo de 45 dias, findo o qual, com ou sem manifestação, o processo será encaminhado à Delegacia Tributária de Julgamento para intimar o contribuinte a oferecer contrarrazões.

**Contabilidade Avançada**

56. A Cia. Eclipse Supermercados, dando continuidade à sua estratégia de expansão, no início de 2008, participa da constituição da Cia. de Varejo Luna, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado, na ocasião, será formado por um total de 2.000.000 de ações, distribuídas de acordo com limites legais, em ações ordinárias e preferenciais, todas com valor nominal unitário de R\$ 30,00. É política da empresa manter o controle direto de todas as suas investidas, desembolsando sempre o valor mínimo necessário. Neste caso, de acordo com a legislação societária, para manter o controle da Cia. de Varejo Luna, no mínimo, a empresa deverá integralizar o capital social da investida no valor de
- (A) R\$ 66.000.000,00
(B) R\$ 60.000.000,00
(C) R\$ 30.000.030,00
(D) R\$ 20.000.300,00
(E) R\$ 15.000.030,00

Instruções: Para responder às questões de números 57 a 59, considere:

A Cia. Solar detém 80% das ações da Cia. Crepúsculo. Em dezembro de 2007, foram levantadas as seguintes informações sobre a empresa investida:

Cia. Crepúsculo	
Venda de Estoques para Controladora em 2007	R\$ 10.000.000,00
Custo de Mercadoria Vendida (CMV) reconhecido nesse tipo de operação	R\$ 6.000.000,00
Patrimônio Líquido final de 2006	R\$ 100.000.000,00
Patrimônio Líquido final de 2007	R\$ 100.600.000,00

57. Se ao final de 2007, o controle de estoque da Cia. Solar acusa a existência de um saldo de 10% nos estoques adquiridos da investida, no processo de consolidação de balanço deve ser
- (A) registrado um débito de R\$ 400.000,00 em estoques.
(B) reconhecido um lucro não realizado nos estoques de R\$ 400.000,00.
(C) lançado um crédito de R\$ 1.000.000,00 em estoques.
(D) contabilizado um débito de R\$ 1.000.000,00 em conta de PL.
(E) contabilizado um crédito de R\$ 1.000.000,00 em conta de PL.
58. Se ao final de 2007 a investidora tivesse repassado a terceiros 90% dos estoques pelo valor de R\$ 11.000.000,00, na Demonstração de Resultado consolidada deve ser feito um lançamento de
- (A) débito em Receita de Vendas de R\$ 10.000.000,00 e crédito em CMV de R\$ 9.600.000,00.
(B) crédito em Receita de Vendas de R\$ 10.000.000,00 e débito em CMV de R\$ 9.600.000,00.
(C) crédito em Receita de Vendas de R\$ 11.000.000,00 em contrapartida da conta de CMV.
(D) débito em Receita de Vendas de R\$ 11.000.000,00 em contrapartida da conta de CMV.
(E) débito em Receita de Vendas de R\$ 11.000.000,00 e crédito em CMV de R\$ 5.600.000,00.
59. No balanço de 2007, o ativo da Cia. Solar evidencia um saldo de R\$ 80.000.000,00 na conta Participação Societária – Cia. Crepúsculo. Com base nos dados informados, a investidora deve registrar
- (A) R\$ 480.000,00 a débito da conta Participação Societária – Cia. Crepúsculo.
(B) R\$ 480.000,00 a débito de conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.
(C) R\$ 80.000,00 a débito de conta de Resultado Não-Operacional.
(D) R\$ 80.000,00 a crédito da conta Resultado de Equivalência Patrimonial.
(E) R\$ 80.000,00 a crédito da conta Participação Societária – Cia. Crepúsculo.



60. São características necessárias para a identificação de um ativo Intangível

- (A) apresentar a possibilidade concreta de reconhecimento futuro e ser indivisível.
- (B) permitir a utilização de base confiável de controle, mesmo que a mensuração de seu custo não possa ser feita em bases fidedignas, e ter indivisibilidade patrimonial.
- (C) ser identificável, controlado e gerar benefícios econômicos futuros.
- (D) ter indivisibilidade patrimonial e financeira e utilização econômica limitada.
- (E) ter indivisibilidade patrimonial e não resultar de direitos contratuais.

Instruções: Para responder às questões de números 61 a 63, considere os dados a seguir.

A Cia. Alvorecer, ao analisar um determinado ativo, identifica as seguintes características:

Valor Líquido de Venda	R\$ 5.100.000,00
Valor em Uso	R\$ 5.000.000,00
Valor Contábil Bruto	R\$ 8.000.000,00
Depreciações Acumuladas	R\$ 2.000.000,00
Provisões para Perdas Registradas	R\$ 600.000,00

61. O valor recuperável desse ativo é, em R\$,

- (A) 5.000.000,00
- (B) 5.100.000,00
- (C) 5.400.000,00
- (D) 5.600.000,00
- (E) 6.000.000,00

62. O valor líquido contábil é, em R\$,

- (A) 6.000.000,00
- (B) 5.600.000,00
- (C) 5.400.000,00
- (D) 5.100.000,00
- (E) 5.000.000,00

63. A perda por redução ao valor recuperável é, em R\$,

- (A) 3.000.000,00
- (B) 2.600.000,00
- (C) 1.000.000,00
- (D) 600.000,00
- (E) 300.000,00

Instruções: Considere o enunciado abaixo para responder às questões de números 64 e 65.

A Cia. Poente recebe da prefeitura do município X um terreno avaliado em R\$ 1.000.000,00, assumindo o compromisso de instalar nessa propriedade um parque fabril modular no valor de R\$ 15.000.000,00, com vida útil estimada em 10 anos.

64. O registro contábil da subvenção deve ser débito em conta

- (A) de Imobilizado pelo registro do terreno e crédito em conta de Passivo pela obrigação assumida em razão da subvenção recebida.
- (B) do Ativo Intangível pelo registro do terreno e crédito em conta de Provisão Contingencial Passiva pelo valor do terreno recebido.
- (C) de Imobilizado pelo registro do terreno e crédito em conta de Patrimônio Líquido no valor do terreno recebido.
- (D) de Provisão para Contingência Ativa e crédito em conta de Passivo de Longo Prazo pelo valor do terreno recebido.
- (E) de Diferido pelo registro do terreno e crédito em conta de Patrimônio Líquido no valor do terreno recebido.



65. No resultado da empresa, esse evento
- (A) acarretará apenas o registro da despesa depreciação relativa ao parque fabril.
 - (B) acarretará a transferência da despesa de depreciação para conta do patrimônio líquido.
 - (C) não acarretará impacto porque o registro da subvenção recebida não tramita no resultado.
 - (D) acarretará a reversão da depreciação acumulada para a conta de ajuste de resultado.
 - (E) acarretará o reconhecimento de receita de subvenção no mesmo percentual utilizado para a despesa de depreciação anual.
-
66. Uma empresa tem inscrito um saldo relevante em seus ativos, na conta valores a receber. Nesse caso, a empresa deverá
- (A) ajustar os recebíveis a valor presente, lançando os ajustes a valor presente em conta de despesa financeira.
 - (B) provisionar o ajuste a valor presente, criando uma retificadora da conta que originou a operação inicial.
 - (C) ajustar os recebíveis pela taxa Selic, lançando o valor do ajuste em conta de Patrimônio Líquido.
 - (D) calcular proporcionalmente o valor do desconto a valor presente mediante aplicação de taxa média anual praticada pela empresa e creditar direto no saldo de recebíveis.
 - (E) ajustar os recebíveis, calculando seu valor presente e registrando-o em conta de receita financeira.
-
67. São consideradas operações com partes relacionadas
- (A) as compras ou as vendas de bens realizadas com fornecedores diversos.
 - (B) o pagamento de dividendos a acionistas minoritários.
 - (C) o fornecimento de garantias, avais ou fianças a empresas coligadas.
 - (D) o adiantamento a empregados e a fornecedores.
 - (E) os contratos de seguros e benefícios a empregados.
-
68. *Custo de Produção do Período é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica. Custo da Produção Acabada é a soma dos custos contidos na produção acabada no período. Custo dos Produtos Vendidos é a soma dos custos incorridos na produção dos bens e serviços que só agora estão sendo vendidos.*
- Com relação à afirmação acima, e tomando-se como base para comparação o mesmo período, é correto afirmar que
- (A) o custo de Produção será obrigatoriamente maior que os demais.
 - (B) o custo da Produção Acabada será obrigatoriamente menor que os demais.
 - (C) o custo dos Produtos Vendidos será obrigatoriamente maior do que os outros dois acima mencionados.
 - (D) não existe correlação obrigatória de grandeza entre os três custos acima mencionados.
 - (E) o custo de Produção Acabada será obrigatoriamente maior que os demais, por ser a soma dos custos contidos na produção.
-
69. Para um ponto de equilíbrio financeiro de 100 unidades, os custos e despesas variáveis, os custos e despesas fixas, o preço líquido de venda unitário e a depreciação devem ser os expressos em:

	Custos e Despesas Variáveis Unitários (em R\$)	Custos e Despesas Fixas (em R\$)	Preço Líquido de Venda Unitário (em R\$)	Depreciação (em R\$)
A	30,00	14.000,00	200,00	800,00
B	40,00	11.900,00	150,00	900,00
C	50,00	11.650,00	150,00	650,00
D	60,00	15.000,00	200,00	750,00
E	70,00	16.000,00	270,00	850,00



70. Considere as informações apresentadas, no quadro abaixo, referentes à movimentação de estoques de materiais na empresa Y.

	Entradas em unidades	Saídas em unidades	Valor das compras R\$ /unitário
Saldo Inicial	0	0	
Janeiro X0	100		100,00
Fevereiro X0		50	
Março X0	200		50,00
Maió X0		100	
Julho X0	100		80,00
Setembro X0	150		60,00
Dezembro X0		150	

Considerando que a apuração do custo dos produtos vendidos é feita mensalmente, o critério de avaliação dos Materiais Diretos (Preço Médio, PEPS e UEPS) que leva a empresa Y a alcançar melhor resultado no período de X0 é

- (A) PEPS.
- (B) UEPS.
- (C) Médio.
- (D) PEPS e UEPS o mesmo resultado.
- (E) Médio e PEPS o mesmo resultado.

Instruções: Considere o enunciado abaixo para responder às questões de números 71 e 72.

No segundo mês de produção de uma empresa foram iniciadas 20.000 unidades de produção das quais 18.000 foram terminadas, ficando 2.000 unidades semiacabadas. Nesse mesmo mês, foram terminadas 1.500 unidades que eram semiacabadas no final do mês anterior. Nas unidades semiacabadas do mês anterior, 2/3 de todos os custos já haviam sido aplicados. Nas unidades semiacabadas do mês, 50% de todos os custos já foram aplicados. O custo total de produção (Diretos e Indiretos) do período é R\$ 487.500,00.

O custo total aplicado à produção semiacabada no mês anterior foi R\$ 15.000,00. A Empresa produz somente um produto.

71. Utilizando-se a técnica de equivalente de produção, o custo unitário médio do mês é, em R\$,

- (A) 50,00
- (B) 45,00
- (C) 30,00
- (D) 25,00
- (E) 15,00

72. Utilizando-se a técnica de equivalente de produção, o custo total da produção acabada no mês é, em R\$,

- (A) 502.500,00
- (B) 487.500,00
- (C) 477.500,00
- (D) 450.500,00
- (E) 435.500,00



73. Uma empresa apura os custos da produção vendida utilizando dois métodos: método do custeio por absorção e método do custeio variável.

No início do período, não havia em estoque unidades acabadas ou semiacabadas. No mês, foram iniciadas e terminadas 6.000 unidades, das quais 4.000 unidades foram vendidas. No final do período, a empresa apurou resultado líquido de R\$ 310.000,00, pelo custeio variável, e R\$ 340.000,00, pelo custeio por absorção.

Levando-se em consideração que os custos variáveis representam 50% do preço de venda, os valores do preço unitário de venda, custo unitário variável e custo fixo total do mês são, respectivamente:

- (A) R\$ 200,00, R\$ 100,00 e R\$ 90.000,00
- (B) R\$ 180,00, R\$ 90,00 e R\$ 60.000,00
- (C) R\$ 160,00, R\$ 80,00 e R\$ 60.000,00
- (D) R\$ 120,00, R\$ 60,00 e R\$ 90.000,00
- (E) R\$ 100,00, R\$ 50,00 e R\$ 50.000,00

74. No processo produtivo, as perdas normais e as sucatas devem receber o tratamento contábil expresso em:

	Perdas Normais	Sucatas
A	Seu custo deve ser lançado como despesas do mês.	Devem ser lançadas como redução dos custos do mês.
B	Seu custo deve ser agregado ao produto de sua origem.	Não recebem custos.
C	Devem ser lançadas como outras despesas não-operacionais.	Devem receber custos.
D	Devem ser custeadas separadamente.	Devem receber custos da mesma forma que um produto normal da empresa.
E	Devem ser lançadas como despesas não-operacionais.	Devem ser lançadas como redução de custos do mês.

75. A empresa Modelo possui os seguintes saldos no período 2:

Itens	Saldo inicial em unidades	Saldo final em unidades
Matéria-prima	20.000	50.000
Produtos em processo	10.000	10.000
Produtos acabados	70.000	40.000

Para produzir uma unidade de produto acabado a empresa usa 3 unidades de matéria-prima. A empresa planeja produzir 150.000 unidades no período 2.

O número de unidades de matéria-prima que a empresa necessita adquirir é

- (A) 350.000
- (B) 420.000
- (C) 450.000
- (D) 480.000
- (E) 530.000

76. Considere as seguintes informações sobre a estrutura de uma empresa:

- Custos e despesas variáveis: R\$ 100,00 por unidade.
- Custos e despesas fixas: R\$ 50.000,00 por mês.
- Preço de venda: R\$ 150,00 por unidade.
- Aumento da depreciação: 40%

O ponto de equilíbrio contábil, em unidades, considerando-se que a depreciação representa 20% do total dos Custos de Despesas fixas, é

- (A) 1.080
- (B) 1.100
- (C) 1.120
- (D) 1.180
- (E) 1.200



77. A diferença fundamental do Custeio Baseado em Atividades – *Activity-Based Costing* – em relação aos sistemas tradicionais – Variável e Absorção está no tratamento dado
- (A) aos custos diretos de fabricação.
 - (B) ao ponto de equilíbrio financeiro.
 - (C) aos custos indiretos de fabricação.
 - (D) às despesas variáveis.
 - (E) às despesas financeiras.

78. A grande finalidade do Custo Padrão é
- (A) o planejamento e controle de custos.
 - (B) a gestão de preços.
 - (C) o atendimento às Normas Contábeis Brasileiras.
 - (D) a rentabilidade de produtos.
 - (E) o retorno do investimento.

79. Uma empresa utiliza em sua contabilidade o sistema de Custo Padrão. Ao final do mês, apurou uma variação de ociosidade de mão de obra direta, conforme o quadro abaixo:

Itens	Custo padrão	Custo real
Capacidade instalada	15.000 horas	
Consumo de horas p/unidade	3 horas	2,5 horas
Taxa horária	R\$ 4,00	R\$ 5,00
Produção planejada	5.000 unidades	
Produção real		4.000 unidades
Total de gastos planejados	R\$ 60.000,00	
Total de gastos reais		R\$ 50.000,00

Com base nas informações apresentadas, o valor da variação de ociosidade foi

- (A) R\$ 5.000,00 positiva.
 - (B) R\$ 5.000,00 negativa.
 - (C) R\$ 10.000,00 negativa.
 - (D) R\$ 15.000,00 negativa.
 - (E) R\$ 20.000,00 negativa.
80. Na terminologia de custos, são custos de conversão ou transformação:
- (A) Mão de obra direta e Mão de obra indireta.
 - (B) Mão de obra direta e Materiais diretos.
 - (C) Custos primários e Custos de fabricação fixos.
 - (D) Matéria-prima, Mão de obra direta e Custos indiretos de fabricação.
 - (E) Mão de obra direta e Custos indiretos de fabricação.